



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

Proposta n.º 223/2017

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para autorização, a revogação do Contrato de Delegação de Competências outorgado com a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, no âmbito do Apoio Logístico à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Ocidental, e a celebração de novo Contrato com a Junta de Freguesia de Belém para os mesmos fins, bem como a transferência das respetivas verbas

Pelouro: Direitos Sociais

Serviços: Departamento para os Direitos Sociais

Considerando:

A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação actual, conferida pela Lei n.º 142/2015, de 08 de setembro) atribuiu aos municípios, no n.º 1 do seu artigo 14º, competências diversas no domínio do apoio logístico às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (C.P.C.J.), designadamente no que concerne à disponibilização de meios necessários ao seu funcionamento;

Pela Deliberação n.º 99/AML/2014 a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou, sob proposta da Câmara Municipal (n.º 138/2014), a celebração de contratos de delegação dessas competências nas Juntas de Freguesia de Arroios, Campo de Ourique, Carnide e Marvila, no âmbito do apoio às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa Centro, Ocidental, Norte e Oriental, respetivamente, contratos esses já objeto de algumas alterações por via aditamentos;



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

A C.P.C.J. Lisboa Ocidental, até agora situada na área de circunscrição da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, passará a situar-se num espaço municipal sito na Rua Diogo Silves n.º33 A e 35 A, Freguesia de Belém, que reúne as condições necessárias à instalação desta C.P.C.J. Ocidental;

A data prevista para a transição encontra-se dependente do término das obras a realizar naquele espaço e da instalação da C.P.C.J. Ocidental;

Importa aprovar a transferência para a Junta de Freguesia de Belém dos recursos financeiros que ao caso cabem, proporcionais ao período previsto para a execução das competências até ao final do mandato autárquico, por correspondência ao termo de vigência de todos os contratos referentes às CPCJ da Lisboa (Cláusula 8ª dos mesmos);

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 14º da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, conjugado com o disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33º, do n.º 2 do artigo 117º, do n.º 1 do artigo 120º, n.º 4 do art. 123º e do artigo 131º, todos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão autorize:

- a) A revogação, por mútuo acordo, do Contrato de Delegação de Competências outorgado com a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, em 13 de novembro de 2014, no âmbito do Apoio Logístico à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Lisboa Ocidental, com efeitos a partir da instalação da C.P.C.J. no novo espaço da Freguesia de Belém, com redução proporcional da transferência dos meios financeiros afetos à delegação extinta;



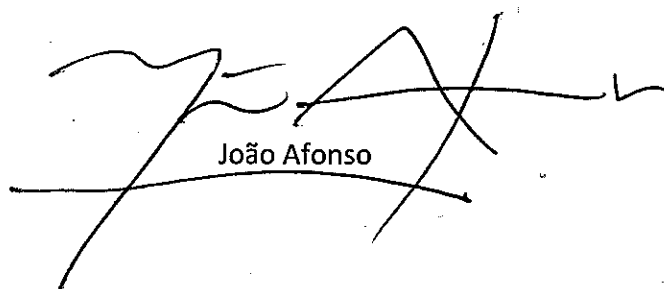
Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

- b) A celebração de Contrato de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Belém, no âmbito do Apoio Logístico à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Ocidental, nos termos da minuta junta à presente proposta como Anexo e que dela faz parte integrante;
- c) A transferência para a Junta de Freguesia de Belém, dos recursos financeiros constantes no Contrato mencionado no ponto deliberativo anterior, até ao valor total de € 23.756,00 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e seis euros), necessário à execução das competências até ao final do mandato autárquico.

A despesa tem cabimento na Ação-Plano C3.P001.06 da Rubrica 04.05.01.01.02 da Orgânica L15.00 do orçamento em vigor.

Paços do Concelho, 13 de abril de 2017

O Vereador



João Afonso

Anexo: Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Belém no âmbito do apoio logístico à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa.



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

DACM
Prop. n.º 223/2017
Fls. _____

ANEXO

Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Belém no âmbito do apoio logístico à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa Ocidental

(Minuta)

Entre:

O **Município de Lisboa**, sediado na Praça do Município, em Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal, aqui representado pelo Sr. Vereador João Afonso, com competências delegadas e subdelegadas na área dos Direitos Sociais nos termos do Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro, adiante também designado por CML;

E

A **Junta de Freguesia de Belém**, com sede no Largo dos Jerónimos, nº 3 R/C, 1400-209 Lisboa, pessoa coletiva n.º 510832946, representada pelo Senhor Presidente da Junta, Dr. Fernando Ribeiro Rosa, adiante também designado por Junta de Freguesia,

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 do artigo 14º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, e do artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o presente Contrato de Delegação de Competências, que se rege pelas cláusulas seguintes:



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

Cláusula 1ª

Objeto do contrato

O presente Contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia de Belém, no âmbito do apoio logístico à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (C.P.C.J.) sediada na freguesia.

Cláusula 2ª

Âmbito do apoio logístico

1 - No apoio logístico a prestar à C.P.C.J. são assegurados pela Junta de Freguesia os encargos decorrentes de:

- a) Afetação de um funcionário administrativo;
- b) Deslocações, nomeadamente despesas de táxi, transportes públicos, portagens, aquisição/aluguer de viatura e respetiva manutenção;
- c) Equipamentos informáticos, nomeadamente despesas com aquisição, manutenção, reparação e assistência técnica de hardware e software, incluindo acessórios/periféricos, impressora, fax, fotocopadora, equipamento multifunções e respetivos consumíveis;
- d) Comunicações, nomeadamente despesas de aquisição e manutenção de equipamentos de telefones e telemóveis, assinaturas, chamadas, expediente dos CTT e ligação à internet, assim como todo o tipo de planos de dados ou voz;
- e) Material de escritório e economato, nomeadamente papel, canetas, lápis, borrachas, agraphadores, agraphos, cliques, micas, caixas francesas, capas plásticas, colas, fitas-cola, correctores, pen's (flash drives), dossiers, blocos post-it, tesouras, fichas triplas, lâmpadas, CD's e DVD's, blocos de notas, suportes de canetas, saca-agraphos, separadores, entre outros;



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

- f) Equipamentos de climatização, nomeadamente aquisição, instalação e respetiva manutenção;
- g) Serviço/equipamento de vigilância considerado adequado à C.P.C.J. (vigilância humana e/ou vídeo vigilância, alarmes), designadamente no que concerne à respetiva contratualização/aquisição, instalação, manutenção, ligação a central recetora de alarmes e respetiva monitorização do sistema, entre outras despesas análogas;
- h) Serviços de limpeza do espaço onde se encontre sediada a C.P.C.J., assim como a aquisição de todos os produtos e equipamentos de higiene necessários, incluindo da reposição de consumíveis;
- i) O pagamento dos encargos decorrentes dos consumos de eletricidade e água;
- j) Apoio Jurídico e outras despesas que se revelem necessárias à boa execução das competências ora delegadas.

2 - Todo o equipamento informático que venha a ser adquirido para a C.P.C.J., no âmbito da presente delegação de competências e com verbas da C.M.L. é propriedade do Município de Lisboa, ficando na posse da C.P.C.J. Lisboa Ocidental enquanto a delegação vigorar.

Cláusula 3ª

Transferência de Verbas

- 1 - Para a execução das competências ora delegadas a C.M.L. transferirá para a Junta de Freguesia, durante o período de vigência do presente Contrato, um montante até 23.756,00€ (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e seis euros).
- 2 - O valor total referido no número anterior tem por base um cálculo relativo à execução das competências no período de 6 meses (3.958,00 € mensais).



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

3 - A transferência da verba encontra-se condicionada ao *términus* das obras previstas de adaptação dos novos espaços para funcionamento e instalação da C.P.C.J. e será proporcional ao período de execução do presente contrato pela Junta de Freguesia de Belém.

Cláusula 4ª

Demonstração da execução

1 - A Junta de Freguesia apresentará relatório que demonstre a execução física e financeira das competências e das verbas previstas no presente Contrato.

2 - O relatório mencionado no número anterior deverá ser entregue, no prazo de 20 dias, a contar do termo do prazo previsto na Cláusula 8ª, ao Vereador com o Pelouro dos Direitos Sociais.

3 - O relatório deverá conter a discriminação das atividades executadas e respetivos custos, com referência ao saldo existente nesse momento.

4 - A Junta de Freguesia deverá manter atualizado um dossier técnico e financeiro com os elementos e relatório referido no número anterior, o qual deverá estar disponível para consulta pela C.M.L. a qualquer momento.

5 - A Junta de Freguesia obriga-se a divulgar, pelos meios mais adequados a cada caso, que as atividades e/ou investimentos em curso decorrem de Contrato de delegação de Competências da C.M.L., sem prejuízo de referência às demais entidades intervenientes no âmbito da C.P.C.J., com exclusão de qualquer menção publicitária de terceiros.



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

Cláusula 5ª

Avaliação da execução

O Vereador com o Pelouro dos Direitos Sociais coordenará e acompanhará o relacionamento entre a C.M.L. e a Junta de Freguesia em todas as questões emergentes do presente Contrato.

Cláusula 6ª

Incumprimento do contrato

1 - O incumprimento das obrigações resultantes do presente Contrato por qualquer das partes confere à outra parte o direito de o resolver total ou parcialmente.

2 - No caso de verificação de incumprimento pela Junta de Freguesia é elaborada pelos serviços da C.M.L. informação a esse respeito, submetendo-se a mesma a deliberação dos respetivos órgãos executivo e deliberativo para manutenção ou revogação total ou parcial do presente Contrato.

3 - A C.M.L. pode optar por, em situações que justifiquem a resolução, proceder à mera suspensão temporária da transferência das verbas previstas na Cláusula 3ª até que se encontre regularizada a situação.

Cláusula 7ª

Aditamentos ao contrato

O presente Contrato pode ser objeto de aditamentos, a aprovar pela Câmara Municipal, sempre que haja necessidade de alargar ou restringir o seu objeto, designadamente quanto à tipologia dos encargos a abranger e dos montantes a transferir, ficando tais aditamentos a fazer parte integrante do mesmo.



Câmara Municipal de Lisboa
Gabinete do Vereador João Afonso

Cláusula 8ª

Vigência do contrato

1 - O presente Contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura em conformidade com o estipulado no n.º 1 e 2 da cláusula 3.ª e vigora até final do atual mandato dos Órgãos Autárquicos.

2 - Ficam ratificados todos os atos entretanto praticados pela Junta de Freguesia no âmbito da matéria delegada, desde que se encontrem em conformidade com o presente Contrato.

Cláusula 9ª

Lacunas e dúvidas

Na verificação de lacunas e resolução de dúvidas eventualmente emergentes do clausulado do presente Contrato aplicam-se as disposições vigentes na Lei da Reforma Administrativa de Lisboa (Lei n.º 56/12, de 8 de novembro), no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/13, de 12 de setembro de 2013), no Código da Contratação Pública e no Código do Procedimento Administrativo.

Feito em Lisboa, a de de 2017, em três exemplares, ficando dois na posse do Primeiro Outorgante e um na posse do Segundo Outorgante.

Pelo Município de Lisboa

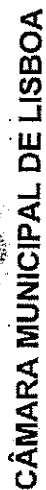
Pela Junta de Freguesia de Belém

O Vereador

O Presidente da Junta

João Afonso

Fernando Ribeiro Rosa



CML - Sede Social: Paços do Concelho - Praça do Município - 1149-014 Lisboa

Contribuinta N° 500 051 070

ORÇAMENTO 2017

ORÇAMENTO 2017
Data Lanç.: 03.04.2017

Data Doc.: 03.04.2017

Doc. Origem: DRAFT PROPOSTA

Descrição: CONTRATO DELEG COMPET CPCJ OCIDENTAL-J.F.BELÉM

Orgânica: L15.00
DEP. PARA OS DIREITOS SOCIAIS

Funcional:

Nº Cabimento: 5317003267

NUP: 617002157

Moeda: EUR

Económica	Código do Plano	Orçamento Inicial	Refor./Anula.	Orçam. Corrigido	Despesas Pagas	Encar. Assumidos	Saldo Disponível	Desp. Emergente	Saldo Residual
04.05.01.01.02	C3.P001.06	190.000,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00	190.000,00	23.766,00	166.244,00
	Totais	190.000,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00	190.000,00	23.766,00	166.244,00

Total do Valor Cabimentado

23.756,00

Procedimento Adequado em Função do Valor

Procedimiento Seguido **Doc. Justificativo**

Competência P/ Autorização

Contrato Escrito

Visto Tribunal de Contas

Visto Tribunal de Contas
Comunicação Adicional T. C.

Exigido 17

Exigido

Exigido

Não Exigido

Não Exigido

Não Exigido

DACM
Prop. n. 223/2017
Fls.

Data: 03.04.2017

Horas: 17:00:55

Pag: 111

Util: HBENTQ

Visto

11-11-11

PROCESSADO POR COMPUTADOR



Câmara Municipal de Lisboa
Direcção Municipal de Finanças
Departamento de Contabilidade

DACM
Prop. n.º 223/2017
Fls.

Declaração de Fundos Disponíveis válida até 30.04.2017

Nº 483 /2017

O correspondente compromisso orçamental deve ser efectuado pelo serviço promotor até à data de validade.

Documento de suporte ao pedido:

INF/73/DDS/DPC/17	5317002936	100,00 €
INF/151/DDS/DIS/17	5317002929	140,22 €
INF/39/DDS/DPC/17	5317001689	636,00 €
INF/62/DDS/DPC/17	5317002618	742,00 €
INF/74/DDS/DPC/17	5317002862	861,00 €
INF/71/DDS/DPC/17	5317002937	950,00 €
INF/02/EP-PLHDS/2017 (ENT/473/GVJA/17)	5317003183	1.230,00 €
INF/132/GVJA/16	5317001742	1.500,00 €
INF/81/DDS/DCJ/17	5317002901	1.807,96 €
INF/77/DDS/DPC/17	5317002943	3.075,00 €
INF/42/GVJA/17	5317003185	5.535,00 €
INF/20/DDS/DCJ/17	5317002826	8.125,40 €
INF/81/DDS/DPC/17	5317003178	6.150,00 €
INF/82/DDS/DPC/17	5317003181	6.150,00 €
Draft da Proposta (INF/156/DDS/DIS/17)	5317003267	23.756,00 €
Processo 4826/CML/17 (INF/28/GVJA/17)	5317002249	29.028,00 €
INF/18/DMPO/DPC/DPE/17	5317001663	30.750,00 €
Draft da Proposta	5317002886	40.000,00 €
Processo 512/CML/17 (INF/24/GVJA/17)	5317002206	99.712,50 €
		249.249,08 €

Para cumprimento da Lei nº 8/2012 de 21 de Fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de Junho, declara-se o seguinte:

Valor a comprometer na L15.00

249.249,08 €

Confirmo assim com base nestes pressupostos, a existência de fundos disponíveis nesta data.

Lisboa, 10 de Abril de 2017

O Director de Departamento de Contabilidade

Carlos Gabriel



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovadas na Reunião de Câmara Extraordinária de 20 de abril de 2017, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Proposta n.º 189/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)

Deliberar informar a Câmara Municipal sobre externalização de serviços e recurso à contratação a recibos verdes nas autarquias locais, nos termos da proposta;

**Aprovada por pontos:
Pontos 1 e 3
(Aprovados por unanimidade)**

Ponto 2

Aprovado por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	15 (7PS, 3Ind., 3PPD/PSD e 2PCP)	---	1 (1CDS/PP)

Proposta n.º 180/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Paula Marques, Manuel Salgado e João Paulo Saraiva)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal o Programa de Renda Acessível, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	10 (7PS, 3Ind.)	---	6 (3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 219/2017 (Subscrita pelo Sr. Presidente)

Aprovar a designação de representante da Câmara Municipal de Lisboa na Direção da AMEC, nos termos da proposta;

(Aprovada por escrutínio secreto com 11 votos a favor)

A Sra. Vereadora Catarina Vaz Pinto não participou na discussão e votação desta proposta

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira não participou na discussão e votação desta proposta

Proposta n.º 220/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Deliberar sobre a proposta de pena, no âmbito do processo disciplinar n.º 7/2016, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 221/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Deliberar sobre a proposta de pena, no âmbito do processo disciplinar n.º 22/2016, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 223/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para autorização, a revogação do Contrato de Delegação de Competências outorgado com a Junta de Freguesia de Campo de Ourique, no âmbito do Apoio Logístico à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Ocidental, e a celebração de novo Contrato com a Junta de Freguesia de Belém para os mesmos fins, bem como a transferência das respetivas verbas, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira não participou na discussão e votação desta proposta



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 231/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

Aprovar a atribuição de apoio financeiro ao JIFA - Jardim Infantil da Freguesia dos Anjos, no âmbito da ampliação da resposta social "Berçário" da Creche sita na Rua das Barracas, n.º 4 a 6, Freguesia de Arroios, bem como o respetivo contrato-programa, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 232/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Albergaria)

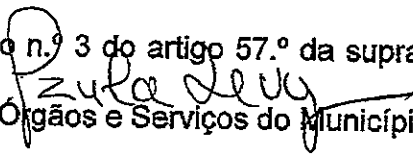
Aprovar a transferência de verba para Agrupamentos de Escolas referente a manuais escolares (acertos relativos ao ano letivo 2016/2017), nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 233/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Afonso)

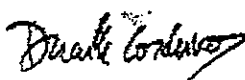
Aprovar o Indeferimento de pedido de Apoio Financeiro Excecional da APRIM – Associação de Pensionistas, Reformados e Idosos da Freguesia das Mercês, no âmbito do FES – Vertente IPSS e outras entidades sem fins lucrativos, nos termos da proposta;

(Adiada)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 20 de abril de 2017

O Vice-Presidente



Duarte Cordeiro

PROPOSTA N.º 223/2017 - APROVAR E SUBMETTER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA AUTORIZAÇÃO, A REVOGAÇÃO DO CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS OUTORGADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE, NO ÂMBITO DO APOIO LOGÍSTICO À COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS OCIDENTAL, E A CELEBRAÇÃO DE NOVO CONTRATO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE BELÉM PARA OS MESMOS FINS, BEM COMO A TRANSFERÊNCIA DAS RESPECTIVAS VERBAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - O Ponto 38 passa para o Ponto 39, o Ponto 39 passa para o Ponto 38.

Eu tinha aqui indicação, mas agora neste caso vamos excluir o Ponto 39, vamos então começar pelo Ponto, o novo Ponto 38, o anterior Ponto 39, Proposta 223.

Pergunto se algum dos Srs. Vereadores tem alguma questão a colocar em relação a este Ponto?

Não? Vamos votar. Recordo o novo Ponto 38, que corresponde à Proposta 223.

Srs. Vereadores, quem vota contra? Quem se abstém?

Foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta n.º 223/2017, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira não participou na discussão, nem na votação desta proposta